Sexta-Feira, 10 de Outubro de 2025

Entenda como funciona indicação para ministros do STF

Em entrevista à **CNN**, na manhã desta sexta-feira (10), **Álvaro Jorge**, professor de Direito da FGV-RJ, explica o processo de indicação para um ministro do **STF**(Supremo Tribunal Federal). O processo de escolha ganhou destaque após **Luís Roberto Barroso** anunciar sua aposentadoria na sessão plenária de quinta-feira (9). O procedimento, que segue o modelo da **Constituição americana**, envolve não apenas a indicação pelo **Executivo**, mas também a necessária aprovação pelo **SenadoFederal**.

Segundo Álvaro, o processo se tornou mais complexo e acompanhado pela sociedade desde a Constituição de 1988: "As pessoas percebiam muito pouco a participação do Supremo nas suas vidas e por consequência não ligavam muito para quem estava indo para a Corte. Mas isso ganhou uma atenção progressiva desde 88".

Influência do Senado Federal

O especialista ressalta que a escolha não depende exclusivamente da vontade do chefe do Executivo. "O nome precisa ser palatável para o Senado Federal. A gente já tem, nas histórias de bastidores no passado, nomes que eventualmente eram da preferência de um presidente, mas que já se sabia que não tinha condição de ser aprovado", destaca Jorge.

Polarização e Impacto de Longo Prazo

A escolha do ministro do STF também reflete o atual cenário de polarização política do país. Jorge observa que é natural que se busque indicar juristas com visão de mundo próxima à do indicante, considerando o impacto duradouro da decisão. "O ministro do Supremo não é um oficial eleito que fica no cargo durante um período curto, ele pode ficar por longo tempo", pondera.

O processo de escolha tem se tornado cada vez mais participativo, com sabatinas que podem durar horas e participação pública através do envio de perguntas ao Senado. Esta dinâmica demonstra a crescente importância do papel do STF na sociedade brasileira e o interesse público em sua composição.

cnnbrasil